



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 180/2008

Contrato para a prestação de serviços de desinsetização e desratização, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, a fl. 384 do Pregão n. 068/2008, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Eurobac Comércio de Produtos Biológicos Ltda. ME, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, e com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado em São José/SC e, de outro lado, a empresa EUROBAC COMÉRCIO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA. ME, estabelecida na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 00.510.999/0001-19, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sua Sócia-Administradora, Senhora Luciana Coelho, inscrita no CPF sob o n. 708.657.799-53, residente e domiciliada nesta Capital, tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços de desinsetização e desratização, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, e com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de desinsetização e desratização, em 2 (duas) etapas de aplicação, nos seguintes imóveis:

1.1.1. Campos Novos: localizado na rua Coronel Farrapos, n. 428, Centro, Campos Novos, com área de 70m² (setenta metros quadrados);

1.1.2. Capinzal: localizado na rua XV de novembro, n. 380, Edifício Gratt, 2º andar, Capinzal/SC, com área de 90 m² (noventa metros quadrados);

1.1.3. Gaspar: localizado na rua Jackceia de Andrade, n. 115, bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC, com aproximadamente 110 m² (cento e dez metros quadrados);

1.1.4. Porto União: localizado na rua Matos Costa, n. 344, esquina com José Boiteux, centro, Porto União/SC, com área de 172 m² (cento e setenta e dois metros quadrados);

1.1.5. Rio Negrinho: localizado na rua Prefeito Hugo Fischer, n. 242, Bela Vista, Rio Negrinho/SC, com aproximadamente 94 m² (noventa e quatro metros quadrados);

1.1.6. São João Batista: localizado na Nereu Ramos, n. 188, salas 11 e 13, São João Batista, com área total de 55,20m² (cinquenta e cinco vírgula vinte metros quadrados);

1.1.7. Urussanga: localizado na rua Vidal Ramos, n. 159, Centro, Urussanga/SC, com área de 108 m² (cento e oito metros quadrados);

1.1.8. Tangará: localizado na Avenida Irmãos Piccoli, s/n, condomínio Christian Gottlob Wurster, loja 7, térreo, Tangará/SC, com área de 68,45 m² (sessenta e oito vírgula quarenta e cinco metros quadrados);

1.1.9. Maravilha: localizado na Avenida Sete de Setembro, n. 587, sala 02, Maravilha/SC, com área de 75,93 m² (setenta e cinco vírgula noventa e três metros quadrados);

1.1.10. Indaial: localizado na rua Marechal Floriano Peixoto, n. 35, Indaial/SC, com área de 102,48 m² (cento e dois vírgula quarenta e oito metros quadrados);

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 068/2008, de 29/08/2008, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 14/10/2008, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, **para cada etapa de aplicação**, objeto deste Contrato, os seguintes valores:

2.1.1. R\$ 521,00 (quinhentos e vinte e um reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.1;

2.1.2. R\$ 533,00 (quinhentos e trinta e três reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.2;

2.1.3. R\$ 383,00 (trezentos e oitenta e três reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.3;

2.1.4. R\$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.4;

2.1.5. R\$ 436,00 (quatrocentos e trinta e seis reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.5;

2.1.6. R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.6;

2.1.7. R\$ 438,00 (quatrocentos e trinta e oito reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.7;

2.1.8. R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.8;

2.1.9. R\$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.9;

2.1.10. R\$ 397,00 (trezentos e noventa e sete reais), referente aos serviços descritos na subcláusula 1.1.10.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO PARA CONCLUSÃO

3.1. Os serviços de desinsetização e desratização, objeto do presente Contrato, deverão ser executados em duas etapas de aplicação, quais sejam:

a) PRIMEIRA: no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização expressa encaminhada pelo TRESP;

b) SEGUNDA: 6 (seis) meses após a conclusão da primeira aplicação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente Contrato terá início com o recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelos representantes do Contratante, até o término do prazo de garantia do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, para cada etapa de aplicação, mediante depósito bancário, após a execução dos serviços, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

6.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após a atestação dos serviços, pela fiscalização, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros PJ, Subitem 78, Limpeza e Conservação.

CLÁUSULA OITAVA - DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2008NE001595, em 20/10/2008, no valor de R\$ 4.411,00 (quatro mil, quatrocentos e onze reais), para a realização da despesa.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O Contratante se obriga a:

9.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos neste Contrato;

9.1.2. promover, através de seus representantes, os servidores titulares das funções de Chefes de Cartório da 7^a, 37^a, 64^a, 25^a, 74^a, 53^a, 34^a, 47^a, 58^a e 15^a Zona Eleitoral, ou seus substitutos, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a:

10.1.1. executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Projeto Básico anexo ao edital do Pregão n. 068/2008 e em sua proposta;

10.1.2. fornecer, juntamente com a nota fiscal/fatura, comprovante de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do Contratante; endereço dos imóveis onde foram realizados os serviços; praga alvo; grupos químicos dos produtos utilizados; nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente; número do telefone do Centro de Informação Toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da Contratada;

10.1.2.1. a nota fiscal/fatura somente será atestada após o fornecimento do comprovante previsto na Subcláusula 10.1.2.

10.1.3. executar os serviços no prazo e na periodicidade fixada na CLÁUSULA

TERCEIRA;

10.1.4. executar os serviços nos locais indicados na Subcláusula 1.1, devendo ser agendadas as aplicações com os respectivos Chefes de Cartório e, para a sede do TRESA, com a Seção de Manutenção Predial, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta; após recebidos, os serviços serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos;

10.1.5. responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços;

10.1.6. fornecer todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita execução dos serviços;

10.1.7. assegurar que seus empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;

10.1.8. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual;

10.1.9. garantir os serviços pelo período de seis meses, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo TRESA;

10.1.10. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRESA;

10.1.11. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESA; e

10.1.12. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais:

a) impedida de licitar e contratar com a União; e,

b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

11.2.1. As sanções estabelecidas na Subcláusula 11.2 são de competência da autoridade máxima deste Tribunal.

11.3. Para os casos não previstos na Subcláusula 11.2 poderão ser aplicadas à

Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da Subcláusula 11.3 é de competência do Presidente do TRESA.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total contratado a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado como inexecução total do contrato.

11.5. Da aplicação das penalidades definidas nas Subcláusulas 11.3, alíneas “a”, “b” e “c” e 11.4 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

11.6. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.7. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da Subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 24 de outubro de 2008.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

LUCIANA COELHO
SÓCIA-ADMINISTRADORA

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO